

A recessão preocupa. E o governo vai cortar gastos e aumentar impostos.

Os gastos previstos no Orçamento Geral da União (OGU) de 1991 vão sofrer cortes de 20% a 30%. O aperto, que atingirá também as estatais, será determinado através de decreto presidencial, após a aprovação do orçamento pelo Congresso. O presidente Fernando Collor vai anunciar pessoalmente as medidas durante a reunião ministerial de 21 de dezembro.

O corte de gastos não virá sozinho. Será acompanhado de três medidas para elevar a receita tributária: aumento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre bebidas alcoólicas e refrigerantes; aperfeiçoamento na sistemática de cobrança do Imposto Territorial Rural (ITR); e intensificação do combate à sonegação de impostos. O governo não cogita da possibilidade de elevar a taxa-ção do Imposto de Renda sobre pessoas físicas e jurídicas.

O pacote fiscal de 1991 será acompanhado de um rígido controle sobre o refinanciamento das dívidas interna e externa dos estados e municípios. A proposta de proibir os empréstimos dos bancos estaduais aos respectivos governos - apresentada pelo Banco Central na reunião de ontem do Conselho Monetário Nacional (CMN) - é apenas um indício da rigidez que se pretende imprimir aos estados e municípios, cujas contas

estão computadas na previsão de superávit público operacional equivalente a 1% do PIB.

Os cortes adicionais de despesas e medidas para o aumento da arrecadação têm como objetivo tornar viável a meta de superávit para o próximo ano. Sem estas decisões, seria impossível se atingir aquele número, porque a arrecadação tributária de 1991 será muito menor do que a prevista pelo governo em função da recessão. O OGU foi originalmente elaborado com base numa expectativa de crescimento de 3% do PIB em 1991.

O percentual dos cortes do orçamento de 91 ainda será definido. Depois de determinada a redução, caberá a cada ministério especificar que gastos serão cortados. Desta forma, o Ministério da Economia sofrerá menos pressões políticas.

Apertos

Estas são as medidas do pacote fiscal para 1991:

1. Corte de 20% a 30% dos gastos do orçamento de 91.
2. Cortes dos gastos das empresas estatais.
3. Aumento do IPI de bebidas alcoólicas e refrigerantes;
4. Mudança da sistemática de recolhimento do Imposto Territorial Rural (ITR).
5. Intensificação dos programas de combate à sonegação.